



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000385946**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2023191-69.2025.8.26.0000, da Comarca de Campinas, em que é agravante UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, é agravado ZENI DE SOUZA DOS SANTOS.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DANIELA CILENTO MORSELLO (Presidente) E ALEXANDRE LAZZARINI.

São Paulo, 22 de abril de 2025.

**GALDINO TOLEDO JÚNIOR**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

**Agravo de Instrumento nº 2023191-69.2025.8.26.0000**

**Comarca: Campinas**

**Agravante: Unimed Campinas Cooperativa de Trabalho Médico**

**Agravado: Zeni de Souza dos Santos**

**Voto nº 42.424**

PLANO DE SAÚDE - Ação de obrigação de fazer - Tutela provisória visando impor à ré o fornecimento do medicamento SPRAVATO (Escetamina Intranasal) à autora - Medicamento necessário para tratamento da doença que afeta a autora (Depressão com Ideação Suicida - CID F33.2) - Pedido médico que, por ora, justifica a necessidade de utilização do medicamento - Agravo de instrumento desprovido.

1. Cuida-se de agravo de instrumento tirado de decisão que, em ação de obrigação de fazer, deferiu pedido de tutela provisória para determinar “à parte ré UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO a cobertura do tratamento médico com o medicamento SPRAVATO (Escetamina Intranasal), na posologia recomendada no relatório médico de fls. 28/31, e que deverão ser ministrados em Hospital-Dia Psiquiátrico da rede credenciada da requerida, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais)”.

Sustenta a recorrente, em resumo, a ausência dos requisitos autorizadores da tutela provisória diante da ausência de comprovação científica da medicação, já que na própria bula consta que não há evidência científica de redução e prevenção de tentativas suicidas, além da ausência de indícios que

demonstrem perigo de dano e risco ao resultado útil do processo. Levanta, ainda, o risco de irreversibilidade da decisão. Pede a concessão de liminar e o final provimento do reclamo para que seja reformada a decisão.

Recurso regularmente processado, indeferido o pedido liminar (fls.11/13). Dispensadas informações. Contraminuta às fls.17/25.

2. Não comporta acolhida o reclamo ofertado.

Isto porque, ainda que a questão deva ser mais bem analisada no curso do feito, vislumbra-se razoável dúvida acerca da validade da exclusão de cobertura do medicamento solicitado, que, ao menos sob essa análise perfunctória, faz parte do tratamento recomendado à paciente e veio justificado pelo relatório médico (fl. 28/31 dos principais).

Outrossim, é certo que independentemente das cláusulas avençadas, a proteção ao adquirente de plano de saúde deve ser ampla a ponto de garantir o efetivo amparo de sua integridade física e psíquica, sob pena de ser negar validade ao próprio objetivo do contrato, não podendo ainda a paciente ficar excluído dos avanços da medicina.

O afastamento de cobertura de certos procedimentos voltados à plena recuperação do paciente significa,

a rigor, excluir a cobertura do próprio mal, o que não pode ser admitido, ainda mais no caso dos autos em que o contrato não subtrai de atendimento o tratamento da doença.

Ademais, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação parece estar visivelmente presente na progressão da doença que acomete a autora e a razoabilidade dos fundamentos do pedido torna a paciente merecedora de amparo, ao menos nesta fase inicial do feito.

Por fim, segundo consta, o medicamento tem o uso autorizado pela ANVISA, não devendo ser aceita a interferência da empresa prestadora de serviços de assistência médica na indicação feita pelo médico que assiste o paciente, cabendo a empresa, se o caso, discutir o protocolo médico pelas vias próprias.

Sendo assim, mantém-se a decisão agravada.

3. Ante o exposto, meu voto nega provimento ao recurso.

***Galdino Toledo Júnior***  
***Relator***